

- Senhor Presidente do CCISP, Professor Doutor João Alberto Sobrinho Teixeira,
- Senhores Deputados,
- Senhores Presidentes e representantes das CM do Distrito de Viseu,
- Senhores Presidentes e Vice-presidentes dos Institutos Politécnicos e de Escolas Superiores Politécnicas presentes,
- Senhor Reitor da Uni-CV, Universidade de Cabo Verde, Prof. Dr. Paulino Fortes,
- Senhor Presidente do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, Professor Doutor Aires Couto,
- Senhores Membros do Conselho Geral do Instituto,
- Senhores Presidentes das Escolas,
- Senhores Presidentes dos Conselhos Técnico-Científicos, Pedagógicos e Assembleias de Representantes,
- Distintas autoridades civis, militares e eclesiásticas,
- Senhores Presidentes da Associação Académica do IPV e das Associações de Estudantes das Escolas,
- Ilustres convidados,
- Senhores Professores, Funcionários e Alunos,
- Senhores Representantes dos Órgãos de Comunicação Social,

As comemorações do dia do IPV, do corrente ano, ocorrem num período de grandes dificuldades para o país, a que acresce uma grave crise internacional que veio dificultar a nossa retoma económica. Neste contexto, em que tudo parece estar em causa, considero ser oportuno perspetivar a evolução da importância atribuída às instituições de ensino superior no desenvolvimento económico dos países e das regiões.

O modelo tradicional de universidade sobreviveu, sem grandes polémicas, até aos anos 60 e teve como fonte inspiradora a Universidade de Berlim, concebida por Humbolt, que assentava na racionalidade do conhecimento, fora da influência da Igreja ou do Estado e livre de pressões externas, sociais e económicas.

O modelo de Humbolt corresponde, ainda hoje, na opinião de muitos académicos, ao conceito da verdadeira Universidade, aquela onde ensino e investigação estão indissociavelmente ligados e onde a liberdade académica individual é protegida. Aliás, neste modelo, o Estado teria o dever de proteger essa liberdade académica de ensino e investigação, de influências externas indesejáveis, garantindo, desta forma, o cumprimento integral da missão da Universidade, na sua procura da verdade pela verdade, sem interferência de interesses utilitários imediatos.

A universidade deveria ser um local privilegiado de debate livre de ideias onde os académicos fazem investigação sobre temas críticos da própria sociedade.

Durante as décadas de 50 a 70, período a que corresponde a uma forte intervenção ao nível político, social e educativo no sentido da promoção da democracia e da mobilidade social, o papel das universidades consistia em satisfazer as expectativas sociais crescentes deixando para segundo plano, a resposta à procura de mão de obra especializada.

Nas últimas décadas, em consequência da globalização das economias e da transformação do conhecimento num fator de competitividade económica, associados à emergência do neo-liberalismo, a sobrevalorizar o económico em relação ao social, houve uma alteração progressiva das funções socioeconómicas das IES.

Em Portugal é nos anos 70, com a Reforma de Veiga Simão, que se iniciaram alterações significativas do ensino superior, nomeadamente no que se refere à sua expansão e diversificação. Veiga Simão lançou, em 1973, uma nova reforma, defendendo que, em especial, nas áreas da ciência e tecnologia, este nível de ensino era importante para o desenvolvimento do país.

Esteve na base desta reforma o relatório “Projeto Regional do Mediterrâneo” da OCDE que apresentava preocupações com o desenvolvimento, essencialmente a nível económico, no qual o ensino superior deveria ter um papel determinante sendo, no entanto, as universidades tradicionais tidas, neste aspeto, como um obstáculo. Dizia-se, então, que as universidades não se autorreformavam.

Nessa altura, Portugal encontrava-se muito afastado dos países desenvolvidos da Europa. As Universidades Portuguesas estavam localizadas nas três principais cidades de Lisboa, Porto e Coimbra e, de uma maneira geral, alheadas da necessidade de dar resposta à criação de novas formações, necessidade essa resultante da evolução científica e tecnológica entretanto verificada.

As assimetrias regionais eram enormes, a taxa de alfabetização extremamente reduzida. Havia falta de professores, de engenheiros e de técnicos de saúde, entre outros. As péssimas acessibilidades e as más condições de vida no interior do país dificultavam a fixação de quadros superiores inviabilizando a localização das empresas longe das grandes áreas urbanas.

Foi neste contexto que Veiga Simão criou, em Portugal, o sistema binário, universitário e politécnico, tendo iniciado a expansão e diversificação do ensino superior a nível geográfico e a nível institucional.

Entre 1974 a 1976 este processo foi interrompido pelo período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril e que se caracterizou pela abertura do sistema de ensino superior a todos os cidadãos que o desejassem. A partir de 1976, foi retomado, tomando-se definitivamente consciência da importância da expansão e diversificação do ensino superior para o desenvolvimento de Portugal.

Tal como foi referido, a partir das últimas décadas do século XX, com a evolução da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, as IES começaram a ver alterada a sua missão por pressão dos governos e dos próprios agentes económicos que exigiam uma maior interligação com a sociedade, quer ao nível do ensino e formação, quer ao nível da investigação, a qual pretendiam que fosse cada vez mais aplicada às necessidades das empresas, num período de globalização das economias, onde mais do que crescer e diversificar é importante inovar para competir. Foi com este objetivo que os sucessivos governos criaram em Portugal a rede de institutos politécnicos cujo incremento teve maior visibilidade na década de 80.

Pretendeu-se, assim, de uma forma mais ativa, orientar a criação do conhecimento, ao nível das IES, para a resolução de problemas mais concretos das empresas, ou mesmo,

que esse conhecimento pudesse ser utilizado para a criação de novas empresas que utilizassem e rentabilizassem a investigação por elas efetuada. Este foi, aliás, o posicionamento dos governos e das universidades americanas, que teve lugar muito mais cedo que nos países desenvolvidos da Europa, com os resultados que são conhecidos ao nível do desenvolvimento tecnológico e económico dos Estados Unidos da América.

A questão das relações com a economia é, assim, uma temática que continua a ocupar grande parte das iniciativas de discussão e publicações acerca do Ensino Superior. O envolvimento nesta discussão não permanece apenas no domínio académico mas, também, ao nível dos governos e das empresas.

Este relacionamento é incontornável na medida em que os empresários exigem que parte dos seus impostos, utilizado para financiar as instituições de ensino superior, possa ter algum retorno. O Estado, por seu lado, para controlar o défice orçamental, pretende diversificar as receitas das instituições e se possível reduzir a sua componente de financiamento público. As instituições de ensino superior, ao sentirem que o seu orçamento é cada vez mais reduzido, veem-se obrigadas a procurar novas fontes de financiamento.

Na década de 80 entra em funcionamento o Instituto Politécnico de Viseu, criado nesta perspetiva do desenvolvimento regional. Começou por integrar apenas a Escola Superior de Educação cuja missão era formar educadores de infância e professores para o primeiro e segundo ciclo do ensino básico.

A Escola superior de Tecnologia e Gestão de Viseu foi a segunda a ser criada. Seguiu-se, mais tarde a criação da ESAV, da ESTGL e a integração da Escola Superior de Enfermagem, que entretanto muda de designação para ESSV.

O IPV é, hoje uma comunidade constituída por 5 Escolas Superiores, 7.000 Alunos, 400 Professores e 260 Funcionários.

Disponibiliza um leque formativo diversificado: 37 cursos de licenciatura, 31 de mestrado e 11 de especialização tecnológica.

Dos 400 docentes, 110 têm o grau de doutor e 170 estão em fase de doutoramento, dos quais 150 estão a ser apoiados com bolsas atribuídas pelo IPV. Dentro de 3 anos prevemos que 70% dos docentes sejam doutorados.

Para o corrente ano letivo, o IPV disponibilizou 1.542 vagas iniciais para o concurso nacional de acesso. Apesar do elevado número de reprovações verificado nas provas de ingresso, foram colocados na instituição, nas diversas fases daquele concurso e através dos restantes regimes, 1.610 novos estudantes nas 37 licenciaturas disponibilizadas. Para além disso, procedemos à matrícula de 258 estudantes em CETs e 351 em cursos de mestrado. Globalmente, o IPV admitiu 2.010 novos estudantes neste ano letivo.

Desde o seu início, a estratégia do IPV foi orientada no sentido de cumprir os objetivos que levaram à sua criação: contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da região e do país. Ao nível do ensino, as preocupações com a resposta às necessidades do mercado de trabalho foram a primeira preocupação assumida pela instituição.

A título de exemplo, o primeiro órgão a ser criado na ESTGV, para além da comissão instaladora, foi o conselho consultivo. Este órgão teve um papel crucial no desenvolvimento da Escola e no que se refere à sua vertente de ensino foi responsável pelas opções tomadas na criação dos diversos cursos, tendo, inclusivamente, tido uma participação ativa ao nível dos próprios planos de estudos.

Em relação à formação ao longo da vida as diversas escolas têm oferecido, para além dos mestrados, diversas pós-graduações e um conjunto variado de cursos não conferentes de grau, de maior ou menor duração, em áreas específicas. A realização de estudos, projetos, atividades de consultoria e de formação profissional são outras ações que têm vindo a ser implementadas, em cooperação com as empresas e associações empresariais, designadamente a AIRV. Destaco aqui a designada Iniciativa Formação de Empresários recentemente protocolada com aquela associação empresarial.

A cooperação com as autarquias tem igualmente vindo a ser incrementada estando, atualmente, em curso um conjunto de projetos realizados em parceria com a Comunidade Intermunicipal Dão Lafões. Esta cooperação tem, também, sido alargada ao nível de estágios dos alunos finalistas e da realização de projetos finais de curso em empresas e outras instituições. Em alternativa à realização de trabalhos meramente académicos, que apenas servem para avaliação dos alunos, procura-se, desta forma, conciliar o ensino com a realização de problemas concretos das organizações.

No que se refere à investigação, até um passado recente, esta baseava-se, fundamentalmente, na necessidade de obtenção dos graus por parte dos docentes. No entanto, à medida que tem vindo a crescer o número de doutores, o IPV tem conseguido, cada vez mais competências ao nível científico, que se têm traduzido num aumento significativo da produção científica e num número considerável de candidaturas de projetos ao financiamento pela FCT. O número de projetos financiados tem, igualmente, vindo a crescer, da mesma forma que tem crescido o financiamento e os projetos que candidatámos em parceria com empresas, municípios e associações de municípios, da região, aos fundos comunitários.

O IPV tem, atualmente, em funcionamento, um centro de investigação, o Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde - CI&DETS, financiado pela FCT, centro este que tem tido um papel fundamental no apoio à investigação e na acreditação dos nossos cursos.

A investigação aplicada é hoje, também, uma realidade na nossa instituição. Destaco aqui os dois projetos recentes que envolvem o Grupo Sonae, um sobre a conceção de novos sistemas adesivos para o fabrico de aglomerados de madeira com baixa emissão de formaldeído, já concluído e outro já protocolado para o desenvolvimento de laminados de segunda geração.

A cooperação com outras instituições de ensino superior tem, também, vindo a ser incrementada. Esta tem-se verificado através de parcerias, no âmbito do ensino, onde se inclui a atribuição de graus conjuntos, no âmbito da investigação, já referida, na mobilidade de docentes e estudantes, na realização de estágios profissionais. Nestes aspetos destaco a realização de 5 Mestrados, em parceria com outras instituições

politécnicas e universitárias, a realização, igualmente em parceria, de alguns dos projetos de investigação financiados pela FCT e outros fundos comunitários e o consórcio Erasmus Centro que envolve os 5 Politécnicos da Região Centro e o CEC (Conselho Empresarial do Centro) que integra 41 estruturas empresariais e as principais Câmaras Municipais da Região que viu recentemente aprovada a maior candidatura do país.

Com este consórcio pretende-se proporcionar estágios Erasmus aos estudantes da Europa em empresas portuguesas e aos estudantes das instituições envolvidas, estágios em empresas europeias.

Também, no que se refere ao programa de mobilidade internacional Leonardo da Vinci, destinado, igualmente, à realização de estágios profissionais em países europeus, o IPV viu aprovada, recentemente, a sua candidatura para este ano letivo, a qual foi, igualmente, a que, a nível nacional, obteve o maior financiamento.

Chamamos a especial atenção para a relevância que estes estágios, Erasmus e Leonardo da Vinci, podem ter na internacionalização das nossas empresas.

No âmbito da cooperação entre instituições, destaco, ainda, a reativação em curso, da Politécnica, Associação dos Institutos Politécnicos do Centro, que inclui os institutos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Tomar e Viseu.

À frequência de um curso superior, está, normalmente, associada uma ideia de empregabilidade. No entanto, não haverá empregos se não houver o desenvolvimento ou a criação de novas empresas e isso só acontece se existirem empreendedores. Nesta medida e tendo em conta, que, no mundo global em que vivemos, a competitividade das empresas está dependente da investigação e da inovação, facilmente poderemos concluir que empresários com formação superior estarão mais preparados para a criação de empresas inovadoras.

Assim, as Instituições de Ensino Superior, para além de continuarem a formar empregados altamente qualificados, devem ter, cada vez mais, a preocupação e a ambição de formar empreendedores de nível superior. Não descurando a formação científica e tecnológica torna-se fundamental preparar os nossos alunos para serem empreendedores.

Neste sentido o IPV tem vindo a desenvolver um conjunto de ações, designadamente:

- Inclusão nos planos de estudos de alguns cursos, designadamente de mestrado, de disciplinas de empreendedorismo.

- Realização de ações de formação sobre empreendedorismo como o Act&emprende, envolvendo a participação de empresários de sucesso, convidados para dar o testemunho da sua experiência.

- Concursos de ideias, onde destacamos o Poliemprende, iniciativa que envolve todos os institutos politécnicos do país, cuja coordenação cabe, este ano, ao Instituto Politécnico de Viseu e cujo programa será apresentado nesta sessão.

O Poliemprende, cujo patrono é, desde a edição anterior, o Senhor Comendador Rui Nabeiro, teve o mérito de ter colocado o empreendedorismo como prioridade dentro das instituições.

Num futuro próximo a construção, em curso, de uma unidade incubadora de empresas, incluída no novo pavilhão multiusos, irá permitir ou ajudar os alunos do IPV a concretizar as suas ideias de negócio. Este pavilhão irá, ainda, integrar o centro e laboratórios de investigação, a unidade de prestação de serviços à comunidade e resolver definitivamente a falta de condições para a lecionação das aulas práticas do curso de desporto e atividade física da ESEV.

Começa a ser recorrente a opinião de que, em Portugal, existem cursos e instituições de ensino superior a mais. No entanto, esta afirmação é rebatida quando analisamos as estatísticas e verificamos duas coisas: uma, que o desemprego, apesar de elevado, no atual contexto, é mais baixo nos indivíduos com formação superior; outra, que os portugueses são, na União Europeia os menos qualificados. A qualificação dos trabalhadores constitui um indicador de desenvolvimento dos países e no caso português, o défice existente ajuda a explicar a baixa competitividade da nossa economia. É com o objetivo de reforçar este indicador que a Agenda 2020 define metas para os estados membros no sentido do reforço desta qualificação.

É pacífico para todos que a saída da crise passa pelo desenvolvimento da economia, pela inovação, pela modernização e pela internacionalização das nossas empresas. No entanto, este desenvolvimento só será possível se as empresas puderem contar com técnicos cada vez mais qualificados.

Para além disso, começa, finalmente, a ser consensual a ideia de que Portugal, face às aptidões agrícolas que possui, deve procurar produzir aquilo que consome, de forma a reduzir as importações de bens alimentares. Tal não será, no entanto, possível, se os nossos agricultores continuarem a ser, na sua maioria, pessoas com 60 ou 70 anos e sem grande qualificação. O desenvolvimento da agricultura portuguesa passa, obrigatoriamente, pela atração de jovens agricultores devidamente qualificados.

Neste contexto, no reforço da competitividade do nosso tecido empresarial, as escolas de engenharia e as escolas agrárias têm um papel determinante, uma vez que a formação nas áreas das engenharias e das ciências agrárias se tornam estratégicas para o país, essenciais para a nossa recuperação económica. Porém, ao analisarmos os resultados das candidaturas ao ensino superior, nos últimos anos, verificamos que os cursos destas áreas são os que apresentam, progressivamente, maior número de vagas sobranes. Se nada for feito a evolução natural poderá levar, a prazo, ao encerramento de muitos destes cursos com todas as consequências negativas para o país, que tal possibilidade acarreta.

Esta situação deve merecer uma especial atenção do poder político para que ela possa ser revertida. Deve, igualmente, envolver os vários níveis de ensino. Passa pelo combate ao insucesso na disciplina de Matemática, para o qual o Governo Português já se encontra a tomar medidas através do aumento da respetiva carga horária. Passa pelos gabinetes de orientação vocacional das escolas. Passa, também, pela criação de incentivos à fixação de jovens empresários agrícolas. Mas passa, sobretudo a curto prazo, pela urgente reformulação dos elencos das provas de ingresso, cujas alterações, previstas para entrarem em vigor, já a partir do próximo ano, terão neste domínio, consequências desastrosas. A simples alteração do par matemática ou física para

matemática e física poderá afastar milhares de alunos dos cursos de engenharia que, ao optarem por outras áreas de formação, irão desequilibrar ainda mais a relação entre a oferta e a procura no que se refere à empregabilidade dos diplomados do ensino superior.

Nos últimos dias, ouvimos dizer que Portugal tem mais engenheiros do que outros países da União Europeia, o que parece pôr em causa as minhas afirmações anteriores. Não conheço nenhum estudo recente sobre este assunto que me permita confirmar esta afirmação. No entanto, se for correta, não corresponde necessariamente a um problema, uma vez que é reconhecida a falta de engenheiros em vários países, como é o caso da Alemanha, podendo, esta afirmação, ao contrário, significar que na Europa há engenheiros a menos. A ser assim, a nossa situação constitui uma vantagem competitiva para Portugal. Tal como já referi, devemos ter a ambição, não apenas de formar empregados qualificados, mas empreendedores qualificados, pelo que, a dificuldade de colocação de todos no mercado do trabalho dependente, poderá constituir um incentivo para que optem por criar as suas próprias empresas. De qualquer modo, pelo que expus anteriormente, se nada for feito, esta situação irá regredir rapidamente e, dentro de poucos anos, o número de engenheiros que saem, anualmente, das instituições, será claramente inferior ao atual e, sobretudo manifestamente inferior às necessidades do país.

Para além disso, no atual contexto de crise que, nunca é de mais repeti-lo, não é da responsabilidade das IES e que tem como consequência o aumento da taxa de desemprego, se a oferta de formação disponibilizada apenas tivesse por objetivo dar resposta às atuais ofertas de emprego, uma análise absurda da situação levar-nos-ia a concluir que deveriam encerrar, praticamente, todas as instituições de ensino superior, à exceção das faculdades de medicina.

Os Institutos Politécnicos possuem, hoje, boas infraestruturas físicas, designadamente no que se refere a instalações e equipamentos laboratoriais e têm vindo a apostar fortemente na qualificação do seu corpo docente. Simultaneamente, afirmaram-se, desde o início, numa estreita ligação com a comunidade envolvente o que contribuiu para que, numa maneira geral, apresentassem, ao longo dos anos, um nível de empregabilidade elevada dos seus diplomados.

Têm, além disso, sabido adequar, sem grandes necessidades de interferência externa, a sua oferta formativa. Iniciaram a sua atividade atribuindo o grau de bacharel, evoluindo depois para os graus de licenciatura e mestrado. São hoje instituições de ensino de grande qualidade, reconhecida pelos empregadores, o que demonstra que a qualidade não é, como por vezes se pretende fazer crer, determinada pelo subsistema do ensino superior a que pertencem as instituições.

Portugal tem, hoje um subsistema de ensino politécnico bem distribuído por todo o país, que do meu ponto de vista, urge preservar. Estas instituições têm tido um papel determinante no desenvolvimento e no combate à desertificação do interior.

No que se refere à frequência do ensino superior, apesar das instituições deste nível de ensino terem um caráter cada vez mais regional, tem-se verificado a ocorrência duma significativa mobilidade de estudantes.

Considerando que a maioria da população e, em consequência, da população jovem, se encontra no litoral, até um passado recente, o sistema de *numerus clausus*, em vigor no país, contribuiu para que as instituições do interior recebessem estudantes deslocados das zonas mais populosas, muitos dos quais, desde que tenham condições, tendem a fixar-se na região onde realizaram a sua formação.

Com o envelhecimento da população que, progressivamente, se tem vindo a verificar e com o aumento de oferta formativa ocorrida, designadamente no ensino noturno e pós laboral ao nível das instituições universitárias e politécnicas, teme-se que esta mobilidade seja cada vez mais reduzida, com prejuízos manifestos para as instituições e para as regiões do interior.

Torna-se, por isso, urgente, repensar a política de abertura de vagas para reverter esta situação. É fácil de constatar que, mesmo em cursos onde, alegadamente, existe excesso de oferta, o maior número de vagas se encontra no litoral, onde, frequentemente, o mesmo curso se encontra repetido na mesma cidade, não sendo, por isso, as instituições do interior, as principais responsáveis pelo eventual excesso. Não defendo a eliminação destes cursos repetidos, mas considero que o controlo do *numerus clausus* é atualmente, do meu ponto de vista, a variável mais determinante na regulação do ensino superior. Esse controlo é virtuoso, ao contrário da medida aparentemente mais simples, mas cega, injusta e irreversível, de fechar cursos e escolas do interior por terem menos alunos e permite, desta forma, o aproveitamento da capacidade instalada nas diversas instituições.

Refira-se, neste aspeto, a necessidade de repensar o regime de acesso aos cursos noturnos e pós laborais uma vez que as vagas destes cursos ou não são ocupadas no concurso nacional de acesso ou são ocupadas por estudantes que não conseguiram colocação no regime diurno e para o qual pedem transferência no ano seguinte. Na realidade, o regime noturno justifica-se, fundamentalmente, para os candidatos já colocados no mercado de trabalho que, normalmente, se candidatam através do concurso local para maiores de 23 anos e que correm o risco de ficar de fora se a maioria das vagas for ocupada por candidatos do contingente geral.

Neste contexto de necessidade de regulação, é nossa intenção dar o exemplo e proceder, já no próximo ano, à redução das vagas disponibilizadas pelo IPV, designadamente no ensino noturno, naturalmente com as cautelas necessárias para não inviabilizar a admissão de estudantes trabalhadores que residem e trabalham em Viseu que, por este facto, não têm possibilidade de prosseguir estudos noutras zonas do país.

Tal como já foi referido, os institutos politécnicos têm-se afirmado, ao longo dos anos, pela sua qualidade e relevância para o desenvolvimento de Portugal. Nas últimas décadas, a nível nacional, foram muitos milhares os diplomados por este subsistema de ensino, pelo que seria natural que, com esta evolução, se diluíssem as reservas de carácter cultural em relação ao ensino universitário que, só se compreendem, face à juventude daquelas instituições.

Se em grande medida isso tem vindo a acontecer, não podemos deixar de constatar que, no corrente ano, as universidades, mesmo as do interior, tiveram, duma maneira geral,

na primeira fase, maior número de candidatos colocados nos respetivos cursos. Este facto leva-nos a questionar sobre o que fazer para reverter esta situação.

No caso concreto de Viseu, esta questão torna-se ainda mais relevante pelo facto da criação da Universidade de Viseu ser uma exigência recorrente das forças vivas locais que, mesmo que involuntariamente, vem criar reservas em relação às instituições existentes. Para completar este quadro, temos de quatro em quatro anos, cada vez que ocorre uma mudança de Governo, reivindicações de alguns setores universitários no sentido da fusão de instituições.

O programa do atual governo prevê, no que se refere ao ensino superior, a manutenção do sistema binário, à semelhança do que acontece na esmagadora maioria dos países da União Europeia. Deste modo, não faz sentido a fusão de instituições universitárias com instituições politécnicas.

Posso compreender os argumentos de algumas instituições, próximas entre si, que pretendem a fusão para aproveitar sinergias e ganhar dimensão internacional, apesar de considerar que essas fusões não trarão, necessariamente, redução da despesa, uma vez que o aumento da dimensão conduz ao aumento significativo da complexidade da gestão e, a haver afastamento geográfico, este tem, certamente, reflexos, designadamente, no aumento de custos com transportes.

Para além disso, a qualidade das instituições não pode apenas ser medida pela sua dimensão. A ser assim, o MIT com 4.000 alunos de graduação e 6.000 alunos de pós graduação não seria a instituição de referência que é, a nível mundial.

Num período em que os recursos são escassos, a ideia das fusões pode ser interessante, para as instituições de maior dimensão, que iriam, na prática, absorver outras mais pequenas. No entanto, para as de menor dimensão e para as respetivas regiões, poderia ser fatal qualquer processo de desinvestimento no ensino superior, pelo facto de perderem autonomia e não terem o peso institucional suficiente para influenciar as decisões tornando-se, por isso, alvos fáceis num eventual processo de reestruturação deste nível de ensino.

Tal como atrás referi, a maioria dos países da Europa adotaram, no ensino superior, o sistema binário, por considerarem vantajosa a existência de dois tipos de instituições, com a mesma dignidade, umas de natureza mais conceptual e outras de natureza mais aplicada, orientadas para o desenvolvimento regional, mais próximas das atividades económicas. Defendo no caso português, que adotou igualmente este modelo, que os politécnicos mais do que serem comparados com as universidades, devem ser comparados com o melhor que se faz na Europa no mesmo subsistema de ensino superior.

De igual modo defendo que **a designação de Universidades de Ciências Aplicadas utilizada na Europa deve ser, também, adotada pelas instituições politécnicas portuguesas**, resolvendo desta forma, em grande medida e sem qualquer custo adicional, as reservas culturais, ainda existentes, que atrás tive a oportunidade de referir. Ao longo de 28 anos, o IPV tem desempenhado um papel de grande relevância para o desenvolvimento regional, nas suas diversas vertentes: ensino, investigação e ligação à comunidade. É de realçar o facto de um número muito significativo de quadros

superiores das empresas e outras instituições públicas e privadas da região, muitos dos quais ocupam lugares de destaque, terem realizado a sua formação neste instituto, não só ao nível de licenciatura mas também ao nível de mestrado ou outras pós-graduações. O desenvolvimento do IPV, contribuiu, assim, de forma efetiva para a fixação de quadros na região e facilitou a criação e instalação de novas empresas e a modernização de empresas existentes.

Em termos físicos tratou-se dum investimento que supera globalmente os 50 milhões de euros na construção e equipamento das 5 escolas, edifício dos serviços centrais e residências para estudantes.

O seu orçamento anual que, entre 2010 e 2012 sofre um corte de cerca de 4,9 milhões de euros, é, atualmente, da ordem dos 25 milhões o que, naturalmente, tem um impacto significativo na economia da região.

Possui, para além disso, como já referi, cerca de 7.000 estudantes e 660 professores e funcionários que residem na região de Viseu e de Lamego, que necessitam de alojamento, que alimentam o comércio local, que dão vida a estas cidades e à região. Por tudo isto, o Instituto Politécnico de Viseu é, do nosso ponto de vista, uma instituição, de grande relevância regional, que deve ser preservada com a sua autonomia, acarinhada e defendida pela população e pelas forças vivas da cidade.

Neste contexto, caso se venha a verificar evolução, por parte da tutela, no sentido da integração dos dois subsistemas do ensino superior, na minha opinião, a forma de preservar e rentabilizar o investimento realizado no Instituto ao longo de cerca de 30 anos, em infraestruturas e na qualificação do seu corpo docente, passa, necessariamente, pela **evolução do IPV para Universidade Pública de Viseu**. Neste processo não pode deixar de se ter em conta a sua dimensão atual e as possibilidades de crescimento, a necessidade de melhorar a sua atratividade, bem como a importância que a cidade de Viseu tem, como grande pólo de desenvolvimento desta vasta região da Beira Alta, onde, atualmente, não existe qualquer outra instituição pública universitária.

Face ao crescimento e à evolução qualitativa verificada nos últimos anos, com esta ou outra designação, o futuro do ensino superior público, na região, passará sempre pelo Instituto Politécnico de Viseu.